

“O que resta? Resta a língua”: uma conversa com Günter Gaus

[Em 28 de outubro de 1964, esta conversa entre Hannah Arendt e Günter Gaus, na época conhecido jornalista e mais tarde alto funcionário do governo de Willy Brandt, foi transmitida na televisão da Alemanha Ocidental. A entrevista recebeu o prêmio Adolf Grimme e foi publicada no ano seguinte com o título “Was bleibt? Es bleibt die Muttersprache”, em Günter Gaus, *Zur Person*, Munique, 1965.]

Gaus inicia a conversa dizendo que Arendt é a primeira mulher a participar da série de entrevistas que ele vem fazendo; a seguir, faz uma pronta ressalva, notando que ela tem uma “ocupação muito masculina”, a saber, a filosofia. Isso o leva à primeira pergunta: apesar do reconhecimento e do respeito que ganhou, ela considera “seu papel no círculo de filósofos” incomum ou peculiar por ser mulher? E Arendt responde:]

Infelizmente tenho de protestar. Não pertenço ao círculo de filósofos. Minha profissão, se é que se pode chamar assim, é a teoria política. Não me sinto uma filósofa, nem creio ter sido aceita no círculo de filósofos, como você tão gentilmente supõe. Mas, para falar da outra questão levantada em suas observações iniciais: você diz que a filosofia costuma ser vista como uma ocupação mas-

culina. Não tem de continuar a ser uma ocupação masculina! É plenamente possível que um dia uma mulher seja filósofa...

GAUS: Eu a considero filósofa...

ARENDT: Bom, não posso fazer nada, mas em minha opinião não sou. Em minha opinião, eu me despedi da filosofia de uma vez por todas. Como você sabe, estudei filosofia, mas isso não significa que continuei com ela.

GAUS: Gostaria de ouvir de você qual é, mais precisamente, a diferença entre filosofia política e seu trabalho como professora de teoria política.

ARENDT: A expressão "filosofia política", que costumo evitar, está sobrecarregada pela tradição. Quando falo sobre essas coisas, academicamente ou não, sempre digo que existe uma tensão vital entre filosofia e política. Isto é, entre o homem como ser pensante e o homem como ser atuante há uma tensão que não existe na filosofia natural, por exemplo. Como todo mundo, o filósofo pode ser objetivo em relação à natureza e, quando diz o que pensa sobre ela, ele fala em nome de toda a humanidade. Mas ele não pode ser objetivo ou neutro em relação à política. Não desde Platão!

GAUS: Entendo o que você quer dizer.

ARENDT: Há uma espécie de aversão a toda a política na maioria dos filósofos, salvo raríssimas exceções. Kant é uma exceção. Essa aversão é extremamente importante para o problema como um todo, porque não é uma questão pessoal. Ela reside na natureza do próprio tema.

GAUS: Você não quer ter parte nessa aversão à política por achar que isso interferiria em seu trabalho?

ARENDT: "Eu não quero ter parte nessa aversão", é exatamente isso! Quero olhar a política, por assim dizer, com olhos não toldados pela filosofia.

GAUS: Entendo. Agora, vamos voltar à questão da emancipação feminina. Isso foi problema para você?

ARENDT: Sim, claro; sempre há o problema em si. Na verdade, sou mais do tipo antiquado. Sempre achei que havia certas ocupações impróprias para as mulheres, que não se encarnam nelas, se posso dizer assim. Simplesmente não fica bem uma mulher dando ordens. Se ela quer se manter feminina, deveria evitar entrar nesse tipo de situação. Se estou certa ou não quanto a isso, não sei. Sempre vivi de acordo com isso mais ou menos inconscientemente — ou melhor, vamos dizer, mais ou menos conscientemente. O pro-

blema em si não me afetou como algo pessoal. Dito em termos muito simples, sempre fiz o que gostava de fazer.

GAUS: Seu trabalho — com certeza entraremos em maiores detalhes mais adiante — diz respeito, num grau significativo, ao conhecimento das condições em que surge a ação política, a conduta política. Você quer ter uma grande influência com esses trabalhos, ou acha que essa influência hoje em dia não é mais possível, ou simplesmente isso não lhe importa?

ARENDT: Sabe, não é uma pergunta simples. Para ser muito honesta, eu teria de dizer: quando estou trabalhando, não me interessa como meu trabalho pode afetar as pessoas.

GAUS: E quando acaba?

ARENDT: Então acabei. Para mim, o importante é compreender. Para mim, escrever é uma questão de procurar essa compreensão, parte do processo de compreender... Algumas coisas são formuladas. Se eu tivesse memória suficiente para reter realmente tudo o que penso, duvido muito que tivesse escrito qualquer coisa — conheço minha preguiça. Para mim, o importante é o processo de pensar. Se consigo acabar de pensar alguma coisa, pessoalmente fico muito satisfeita. Se então consigo expressar de modo razoável meu processo de pensamento por escrito, isso também me deixa satisfeita.

Você pergunta sobre os efeitos de meu trabalho nos outros. Se me permite ser irônica, essa é uma pergunta masculina. Os homens sempre querem ser influentes demais, mas eu considero isso um tanto superficial. Se me imagino tendo influência? Não. Eu quero é compreender. E se os outros compreendem — no mesmo sentido em que compreendi —, isso me dá uma sensação de satisfação, é como se sentir em casa.

GAUS: Para você, é fácil escrever? É fácil formular as idéias?

ARENDT: Às vezes sim, às vezes não. Mas posso lhe dizer que, em geral, nunca escrevo até conseguir, por assim dizer, escrever o que vou me ditando.

GAUS: Até ter acabado de pensar.

ARENDT: Sim. Sei exatamente o que quero escrever. Não escrevo enquanto não souber. Costumo escrever tudo de uma vez só. E aí vai relativamente depressa, pois na verdade depende de minha rapidez em datilografar.

GAUS: Seu interesse em teoria política, na ação e conduta política, está no centro de seu trabalho atual. A essa luz, o que li em sua correspondência com o professor Scholem* parece especialmente interessante. Ali você escreveu, se me permite citá-la, que “não se interessava quando jovem nem por política nem por história”. Como judia, você emigrou da Alemanha em 1933. Tinha 26 anos. Seu interesse pela política — o fim de sua indiferença pela política e pela história — está ligado a esses acontecimentos?

ARENDT: Sim, claro. A indiferença não era mais possível em 1933. Mesmo antes, não era mais possível.

GAUS: Para você também?

ARENDT: Sim, claro. Eu lia atentamente os jornais. Tinha opiniões. Não pertencia a nenhum partido, nem sentia necessidade. Em 1931, eu tinha plena convicção de que os nazistas tomariam o leme. Estava sempre discutindo com outras pessoas sobre isso, mas não me preocupava realmente de maneira sistemática com essas coisas, até emigrar.

GAUS: Tenho outra pergunta sobre o que você acabou de dizer. Se você estava convencida de que os nazistas não podiam ser impedidos de tomar o poder, não se sentiu ativamente impelida a fazer alguma coisa para evitá-lo — por exemplo, entrar num partido — ou achava que isso não fazia mais sentido?

ARENDT: Pessoalmente, eu não achava que fazia sentido. Se achasse — é muito difícil dizer tudo isso em retrospecto —, talvez tivesse feito alguma coisa. Achava que era inútil.

GAUS: Há algum fato definido em sua memória marcando sua guinada para o político?

ARENDT: Eu diria 27 de fevereiro de 1933, o incêndio do Reichstag e as prisões ilegais que se seguiram na mesma noite. A chamada prisão preventiva. Como você sabe, as pessoas foram levadas para porões da Gestapo ou para campos de concentração. O que aconteceu então foi monstruoso, mas agora ficou obscurecido por coisas que vieram depois. Foi um choque imediato para mim, e daquele momento em diante eu me senti responsável. Isto é, não achava mais

*Gershom Scholem (1897-1982), sionista nascido na Alemanha, historiador e eminente estudioso do misticismo judaico, era um velho conhecido de Hannah Arendt. Em 23 de junho de 1963, ele lhe escreveu uma carta extremamente crítica sobre seu livro *Eichmann em Jerusalém*. Ver “*Eichmann in Jerusalem: An exchange of letters*”, *Encounter*, 22, 1964. A citação aqui apresentada foi extraída da resposta de Arendt, de 24 de julho de 1963.

que se pudesse ser um simples espectador. Tentei ajudar de muitas maneiras. Mas o que realmente me tirou da Alemanha — se eu fosse falar disso; nunca contei porque não tem importância alguma...

GAUS: Conte-nos, por favor.

ARENDT: Eu pretendia emigrar de qualquer maneira. Pensei de imediato que os judeus não poderiam ficar. Eu não pretendia ficar correndo pela Alemanha como uma cidadã de segunda classe, por assim dizer, de forma alguma. Além disso, eu achava que as coisas só iriam piorar cada vez mais. Mesmo assim, no fim não saí de uma maneira muito pacífica. E devo dizer que isso me dá certa satisfação. Fui presa e tive de deixar o país clandestinamente — já lhe conto como foi —, e aquilo foi uma satisfação imediata para mim. Pensei: pelo menos eu tinha feito alguma coisa! Pelo menos não sou “inocente”. Ninguém poderia dizer isso de mim!

A organização sionista me deu a oportunidade. Eu tinha amizade íntima com alguns dos líderes, principalmente com o presidente da época, Kurt Blumenfeld. Mas eu não era sionista. E os sionistas não tentavam me converter. Mas, em certo sentido, eu era influenciada por eles: em especial pela crítica, pela autocritica que os sionistas difundiam entre o povo judeu. Aquilo me influenciava, me impressionava, mas politicamente eu não tinha nada a ver com o sionismo. Então, em 1933, Blumenfeld e um outro que você não conhece chegaram e me disseram: a gente quer reunir todas as declarações anti-semitas feitas em circunstâncias normais. Por exemplo, declarações em clubes, todos os tipos de clubes profissionais, todos os tipos de publicações profissionais — em suma, o tipo de coisa que não ficam sabendo nos países estrangeiros. Organizar uma coleção daquelas naquela época era se engajar naquilo que os nazistas chamavam de “propaganda do horror”. Nenhum sionista podia fazer, pois se fosse descoberto a organização inteira ficaria exposta... Eles me perguntaram: “Você faz isso?”. Eu disse: “Claro”. Fiquei muito feliz. Em primeiro lugar, me parecia uma idéia muito inteligente, e depois, me dava a sensação de que, afinal, era possível fazer alguma coisa.

GAUS: Você foi presa devido a esse trabalho?

ARENDT: Sim. Fui descoberta. Tive muita sorte. Saí depois de oito dias porque fiz amizade com o funcionário que me prendeu. Era um sujeito encantador! Ele tinha sido promovido da polícia criminal para uma divisão política. Não tinha idéia do que fazer. O que esperavam que fizesse? Ele ficava me dizendo:

“Normalmente, tem alguém ali na minha frente, e eu só verifico a ficha, e sei o que está acontecendo. Mas o que vou fazer com você?”

GAUS: Isso foi em Berlim?

ARENDT: Isso foi em Berlim. Infelizmente, tive de mentir para ele. Eu não podia expor a organização. Então contei um monte de histórias, e ele continuava dizendo: “Eu pus você aqui dentro. Vou ter de soltá-la de novo. Não pegue um advogado! Os judeus não têm dinheiro agora. Economize o seu!”. Enquanto isso, a organização tinha pegado um advogado para mim. Através dos membros, claro. E dispensei esse advogado. Porque esse homem que me prendeu tinha uma cara tão aberta e decente... Confiei nele e achei que tinha ali muito mais chance do que com um advogado que, ele próprio, estava com medo.

GAUS: E você saiu e conseguiu deixar a Alemanha?

ARENDT: Saí, mas tive de atravessar a fronteira clandestinamente... não tinham limpado minha ficha.

GAUS: Na correspondência que mencionamos, você rejeitou claramente, como coisa supérflua, a advertência de Scholem dizendo que você devia sempre lembrar sua ligação com o povo judeu. Você escreveu — volto a citar: “Ser judia, para mim, faz parte dos fatos indubitáveis de minha vida, e eu nunca quis mudar nada desses fatos, nem mesmo em minha infância”. Gostaria de lhe fazer algumas perguntas sobre isso. Você nasceu em 1906 em Hannover, filha de um engenheiro, e cresceu em Königsberg. Você lembra o que era, para uma criança na Alemanha antes da guerra, fazer parte de uma família judia?

ARENDT: Não poderia responder com honestidade a essa pergunta em nome de todos. Quanto à minha lembrança pessoal, não foi através de minha família que eu soube que era judia. Minha mãe era totalmente a-religiosa.

GAUS: Seu pai morreu jovem.

ARENDT: Meu pai tinha morrido jovem. Tudo isso parece muito estranho. Meu avô era o presidente da comunidade judaica liberal e funcionário público em Königsberg. Eu venho de uma antiga família de Königsberg. Mesmo assim, a palavra “judeu” nunca apareceu quando eu era pequena. A primeira vez que topei com ela em observações anti-semitas — não vale a pena repeti-las — foi com crianças na rua. Depois daquilo, fiquei, por assim dizer, “informada”.

GAUS: Foi um choque para você?

ARENDT: Não.

GAUS: Você teve o sentimento: agora sou algo especial?

ARENDT: É uma coisa diferente. Não foi de modo algum um choque para mim. Pensei comigo mesma: é assim que é. Se eu tive o sentimento de que era algo especial? Sim! Mas hoje não conseguiria mais esmiuçar isso para você.

GAUS: De que maneira você se sentiu especial?

ARENDT: Objetivamente, sou da opinião de que estava relacionado ao fato de ser judia. Por exemplo, quando criança — mas aí um pouco mais velha —, eu sabia que parecia judia. Parecia diferente de outras crianças. Eu era muito consciente disso. Mas não de maneira que me fizesse sentir inferior, era só como as coisas eram. E aí também minha mãe, minha casa, por assim dizer, era um pouco diferente do normal. Havia tanta coisa especial nela, mesmo em comparação com as casas de outras crianças judias ou até de outras crianças parentes nossas, que era difícil para uma criança entender o que havia de especial.

GAUS: Gostaria que você esclarecesse um pouco o que havia de especial na casa de sua família. Você disse que sua mãe nunca considerou necessário explicar sua ligação com o judaísmo até que você topou com ele na rua. Sua mãe tinha perdido a noção de ser judia que você reivindica para si em sua carta a Scholem? Isso não tinha mais nenhum papel para ela? Ela tinha se assimilado bem, ou pelo menos assim achava?

ARENDT: Minha mãe não era uma pessoa muito teórica. Não creio que ela tivesse alguma idéia especial a respeito. Ela vinha do movimento socialdemocrata, do círculo da *Sozialistische Monatshefte*,* como meu pai. A questão não tinha importância para ela. Claro que era uma judia. Nunca me batizaria! Acho que teria me dado uns tapas no ouvido se algum dia soubesse que eu havia negado ser judia. Era impensável, por assim dizer. Fora de questão! Mas o problema naturalmente era muito mais importante nos anos 1920, quando eu era moça, do que tinha sido para minha mãe. E quando eu era adulta, foi muito mais importante para minha mãe do que tinha sido antes. Mas isso se devia a circunstâncias externas.

Eu, por exemplo, não creio que algum dia tenha me considerado uma alemã — no sentido de pertencer ao povo, e não na condição de cidadã, se for possível fazer essa distinção. Lembro que discuti isso com Jaspers por volta de 1930. Ele disse: “Claro que você é alemã!”. E eu disse: “Qualquer um pode ver que

* “Mensuário Socialista”: famoso periódico alemão da época.

não sou!”. Mas isso não me incomodava. Não sentia como algo inferior. Não se tratava disso. E para voltar de novo ao que havia de especial na casa de minha família: todas as crianças judias topavam com o anti-semitismo. E isso envenenava a alma de muitas delas. Conosco, a diferença era que minha mãe sempre achava que a pessoa não devia se deixar afetar. Tinha de se defender! Quando meus professores faziam comentários anti-semitas — geralmente não sobre mim, mas sobre outras meninas judias, alunas judias orientais, sobretudo —, eu devia me levantar na mesma hora, sair da sala de aula, ir para casa e contar tudo tintim por tintim. Então minha mãe escrevia uma de suas muitas cartas registradas, e para mim a coisa estava totalmente resolvida. Tinha um dia de folga da escola, e aquilo era maravilhoso! Mas, quando os comentários eram de crianças, não devia falar disso em casa. Aquilo não contava. A gente mesmo se defendia contra o que vinha de outras crianças. Assim, essas questões nunca foram um problema para mim. Havia regras de conduta com as quais eu mantinha minha dignidade, por assim dizer, e estava protegida, absolutamente protegida, em casa.

GAUS: Você estudou em Marburg, Heidelberg e Freiburg com os professores Heidegger, Bultmann e Jaspers, com especialização em filosofia e optativas em teologia e grego. Como escolheu esses assuntos?

ARENDT: Sabe, muitas vezes pensei nisso. Só posso dizer que sempre soube que ia estudar filosofia. Desde os catorze anos de idade.

GAUS: Por quê?

ARENDT: Li Kant. Você pode perguntar: por que você leu Kant? Para mim, a questão era de certa forma: ou posso estudar filosofia ou posso me afundar, por assim dizer. Mas não porque eu não amasse a vida! Não! Como disse antes: eu tinha essa necessidade de compreender... A necessidade de compreender estava ali desde cedo. Você vê, os livros estavam todos na biblioteca em casa; a gente simplesmente pegava na prateleira.

GAUS: Além de Kant, você lembra de alguma experiência especial de leitura?

ARENDT: Sim. Em primeiro lugar, *Psychologie der Weltanschauungen* [Psicologia das concepções do mundo], de Jaspers, publicada, acho, em 1920.* Eu tinha catorze anos. Então li Kierkegaard, e aquilo se encaixou.

* O livro foi publicado originalmente em Berlim em 1919.

GAUS: É aí que entra a teologia?

ARENDT: Sim. Eles se encaixavam de tal forma que, para mim, ambos eram uma coisa só. Eu só tinha alguns receios sobre a maneira de lidar com isso, se você é judeu... como proceder. Eu não fazia idéia, sabe. Tive sérios problemas que depois se resolveram sozinhos. O grego é um outro assunto. Sempre adorei a poesia grega. E a poesia desempenhou um grande papel em minha vida. Então escolhi o grego por acréscimo. Era a coisa mais fácil a fazer, pois eu já lia de qualquer forma!

GAUS: Estou impressionado!

ARENDT: Não, você está exagerando.

GAUS: Seus dotes intelectuais foram testados tão cedo! Isso alguma vez afastou você como aluna e jovem universitária das relações normais do cotidiano, dolorosamente, talvez?

ARENDT: Seria o caso se eu soubesse. Eu achava que todo mundo era assim.

GAUS: Quando percebeu que era diferente?

ARENDT: Tarde. Não quero dizer quanto tempo demorou. Fico constrangida. Eu era indescritivelmente ingênua. Em parte isso se devia à minha criação em casa. Nunca se discutia rendimento escolar. Isso era considerado inferior. Qualquer ambição era considerada inferior. Em todo caso, a situação não era nada clara para mim. Senti isso algumas vezes como uma espécie de estranhamento em meio às pessoas.

GAUS: Um estranhamento que achava que vinha de você mesma?

ARENDT: Sim, exclusivamente. Mas não tinha nada a ver com talento. Nunca relatei isso com talento.

GAUS: Às vezes apareceu algum desdém pelos outros em sua juventude?

ARENDT: Sim, aconteceu. Muito cedo. E sofri muitas vezes por sentir esse desdém, isto é, sabendo que não se deve, e não se pode mesmo fazer uma coisa dessas, e assim por diante.

GAUS: Quando você saiu da Alemanha em 1933, foi para Paris, onde trabalhou numa organização que tentava sustentar jovens judeus na Palestina. Pode me contar algo sobre isso?

ARENDT: Essa organização levava jovens judeus entre treze e dezessete anos da Alemanha para a Palestina, e lá os alojava em *kibutzim*. Por isso, realmente conheço bastante bem esses assentamentos.

GAUS: E desde um período bem inicial.

ARENDT: Desde um período bem inicial; naquela época eu tinha muito res-

peito por eles. As crianças recebiam formação e reciclagem profissional. Algumas vezes também trouxe escondidas crianças polonesas. Era um trabalho social, um trabalho educacional regular. Havia grandes acampamentos na área rural onde as crianças eram preparadas para a Palestina, onde também tinham aulas, onde aprendiam a plantar, onde principalmente tinham de ganhar peso. Tínhamos de vesti-las da cabeça aos pés. Tínhamos de cozinhar para elas. E acima de tudo tínhamos de conseguir documentos para elas, tínhamos de combinar com os pais — e antes de qualquer outra coisa tínhamos de conseguir dinheiro para elas. Essa também, em larga medida, era minha tarefa. Trabalhava junto com mulheres francesas. É mais ou menos isso o que fazíamos. Você quer saber como decidi assumir esse trabalho?

GAUS: Por favor.

ARENDT: Você vê, eu vinha de uma formação puramente acadêmica. Sob esse aspecto, o ano de 1933 me deixou uma impressão muito marcante. Primeiro uma positiva e depois uma negativa. Talvez seja melhor dizer primeiro uma negativa e depois uma positiva. Hoje é comum pensar que os judeus alemães ficaram chocados em 1933 porque Hitler assumiu o poder. No que diz respeito a mim e ao pessoal de minha geração, posso dizer que é um curioso mal-entendido. Naturalmente a ascensão de Hitler era uma coisa péssima. Mas era política. Não era pessoal. Não precisávamos de Hitler no poder para saber que os nazistas eram nossos inimigos! Isso tinha ficado totalmente evidente pelo menos quatro anos antes para qualquer um que não fosse débil mental. Também sabíamos que uma boa parte do povo alemão lhes dava respaldo. Isso não ia nos chocar ou nos surpreender em 1933.

GAUS: Você quer dizer que o choque em 1933 foi porque os acontecimentos passaram do genericamente político para o pessoal?

ARENDT: Nem isso. Ou isso também. Em primeiro lugar, o genericamente político se tornou um destino pessoal quando as pessoas emigraram. Segundo... os amigos “coordenavam” ou entregavam informações. O problema, o problema pessoal, não era o que nossos inimigos faziam, mas o que nossos amigos faziam. Na onda da *Gleichschaltung*,* que era relativamente voluntária — em

* *Gleichschaltung*, ou coordenação política, se refere ao processo generalizado, no começo da era nazista, de aceitar e ceder ao novo clima político a fim de assegurar posições pessoais ou conseguir emprego. Além disso, designa a política nazista de converter organizações tradicionais — grupos de jovens e todas as espécies de clubes e associações — em organizações especificamente nazistas.

todo caso, ainda sem a pressão do terror —, foi como se formasse um vazio em volta de mim. Eu vivia num meio intelectual, mas também conhecia outras pessoas. E entre os intelectuais a *Gleichschaltung* era a regra, por assim dizer. Mas não entre os outros. E nunca esqueci isso. Saí da Alemanha dominada pela idéia, claro que um pouco exagerada: Nunca mais! Nunca mais vou me envolver em nenhum tipo de atividade intelectual. Não quero ter nada a ver com aquilo. E na época eu também não acreditava que os judeus e os intelectuais judeus alemães agiriam de modo diferente se as circunstâncias fossem outras. Não era dessa opinião. Eu achava que tinha a ver com essa profissão, com o fato de ser um intelectual. Estou usando o verbo no passado. Hoje sei mais a respeito...

GAUS: Eu estava mesmo para perguntar se você ainda acredita nisso.

ARENDT: Nem tanto. Mas ainda acho que faz parte da essência de ser intelectual a pessoa inventar idéias a respeito de tudo. Nunca ninguém culpou ninguém por “coordenar” se o sujeito tinha de cuidar da esposa ou do filho. O pior é que alguns realmente acreditavam no nazismo! Por curto tempo, e muitos por um curtíssimo tempo. Mas isso significa que eles inventavam idéias sobre Hitler, em parte coisas de um interesse extraordinário! Coisas completamente fantásticas, interessantes e complicadas! Coisas muito acima do nível normal!* Eu achava aquilo grotesco. Hoje eu diria que eles caíram na cilada de suas próprias idéias. Foi o que aconteceu. Mas naquela época eu não via isso com tanta clareza.

GAUS: E foi por isso que, para você, foi particularmente importante sair dos círculos intelectuais e começar a fazer um trabalho de natureza prática?

ARENDT: Sim. O lado positivo é o seguinte. Entendi o que eu sempre dizia na época: se alguém é atacado como judeu, tem de se defender como judeu. Não como alemão, não como cidadão do mundo, não como defensor dos direitos humanos, ou seja o que for. Mas: o que posso fazer especificamente como judeu? Segundo, agora eu tinha a clara intenção de trabalhar com uma organização. Pela primeira vez. Trabalhar com os sionistas. Eram os únicos que estavam preparados. Teria sido inútil me juntar aos assimilados. Além do mais, nunca tive de fato nada a ver com eles. Mesmo antes dessa época, eu me preocupava com a questão judaica. Quando saí da Alemanha, já tinha terminado o livro sobre

* Vários intelectuais alemães tentaram “racionalizar” o nazismo após 1933. Para uma discussão mais ampla dessa questão, ver o ensaio “A imagem do inferno”, de Arendt, neste volume.

Rahel Varnhagen.* O problema dos judeus tem um papel nisso. Escrevi o livro pensando: “quero compreender”. Não estava discutindo meus problemas pessoais na condição de judia. Mas agora pertencer ao judaísmo passava a ser também problema meu, e meu problema era político. Apenas político! Eu queria partir para o trabalho prático, trabalho única e exclusivamente judaico. Com isso em mente, então fui procurar trabalho na França.

GAUS: Até 1940.

ARENDT: Sim.

GAUS: Então, durante a Segunda Guerra Mundial, você foi para os Estados Unidos, onde agora é professora de teoria política, não de filosofia...

ARENDT: Obrigada.

GAUS: ...em Chicago. Mora em Nova York. Seu marido, com quem você se casou em 1940, também é professor, de filosofia, nos Estados Unidos. A comunidade acadêmica, da qual você novamente participa — após a decepção de 1933 —, é internacional. Mesmo assim, eu gostaria de lhe perguntar se você sente falta da Europa do período pré-Hitler, que nunca mais vai voltar. Quando você vem à Europa, qual a sua impressão: o que resta e o que está irremediavelmente perdido?

ARENDT: A Europa do período pré-Hitler? Não tenho saudades, lhe garanto. O que resta? Resta a língua.

GAUS: E isso significa muito para você?

ARENDT: Muito. Sempre me recusei conscientemente a perder minha língua materna. Sempre mantive certa distância do francês, que eu falava muito bem, e do inglês, em que hoje escrevo.

GAUS: Queria lhe perguntar isso. Agora você escreve em inglês?

ARENDT: Escrevo em inglês, mas nunca perdi uma sensação de distância dele. Existe uma tremenda diferença entre sua língua materna e uma outra língua. Quanto a mim, posso formular isso de maneira extremamente simples: em alemão, conheço de cor uma boa parte da poesia alemã; de alguma maneira, os poemas sempre estão ali no fundo da minha mente. Nunca vou conseguir fazer isso de novo. Faço coisas em alemão que não me permitiria fazer em inglês. Isto

* Exceto os dois últimos capítulos, que foram escritos em alguma data entre 1933 e 1936 na França. Cf. *Rahel Varnhagen: The life of a Jewish woman*, ed. rev. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1974, p. xiii.

é, às vezes também faço em inglês, porque criei coragem, mas em geral tenho mantido certa distância. A língua alemã é a coisa essencial que restou e que sempre preservei conscientemente.

GAUS: Mesmo na época mais amarga?

ARENDT: Sempre. Eu pensava comigo mesma: o que fazer? Não foi a língua alemã que enlouqueceu. E, depois, não há substituto para a língua materna. Muitos podem esquecer sua língua. É verdade — já vi isso. Existem pessoas que falam a nova língua melhor do que eu. Ainda falo com um sotaque muito carregado, e muitas vezes uso expressões que não são do idioma. Todas conseguem falar certo. Mas falam numa língua com um clichê atrás do outro porque a produtividade que a gente tem em nossa própria língua acaba quando a gente esquece essa língua.

GAUS: Os casos em que a língua materna foi esquecida: você acha que foi por causa de uma repressão?

ARENDT: Sim, muitas vezes sim. Vi isso em pessoas por causa do choque. Você sabe, o que foi decisivo não foi o ano de 1933, pelo menos para mim. O decisivo foi o dia em que soubemos de Auschwitz.

GAUS: Quando foi?

ARENDT: Foi em 1943. E no começo a gente não acreditou — embora meu marido e eu sempre disséssemos que a gente podia esperar qualquer coisa daquele bando. Mas a gente não acreditava porque militarmente era desnecessário e gratuito. Meu marido é ex-historiador militar, e entende alguma coisa desses assuntos. Ele dizia: não seja crédula, não leve essas histórias ao pé da letra. Eles não podem chegar a esse ponto! E então, seis meses depois, tivemos de acreditar, porque tínhamos as provas. Esse foi o verdadeiro choque. Antes, dizíamos: bom, existem os inimigos. É plenamente natural. Por que um povo não haveria de ter inimigos? Mas isso era diferente. Foi como se um abismo se escancarasse. Porque a gente achava que se podia dar uma satisfação, de alguma maneira, para todo o resto, como, a certa altura, se pode dar satisfação para qualquer coisa em política. Mas não para isso. *Isso não devia ter acontecido*. E não me refiro apenas ao número de vítimas. Eu me refiro ao método, à fabricação de cadáveres e assim por diante — não preciso entrar nisso. Isso não era para ter acontecido. Ali ocorreu alguma coisa com a qual a gente não pode se conformar. Nenhum de nós pode, jamais. Sobre todo o resto que aconteceu, devo dizer que algumas vezes foi bem difícil: éramos muito pobres, fomos perseguidos, tivemos de fugir,

de uma maneira ou de outra tivemos de nos safar, e tudo o mais. Era como era. Mas éramos jovens, até me divertia um pouco com aquilo — não posso negar. Mas não isso. Isso era algo totalmente diferente. Pessoalmente, eu poderia aceitar todo o resto.

GAUS: Gostaria de saber como suas opiniões sobre a Alemanha do pós-guerra, que você tem visitado com frequência, e onde foram publicadas suas obras mais importantes, mudaram desde 1945.

ARENDT: Voltei pela primeira vez à Alemanha em 1949, a serviço de uma entidade judaica para a recuperação de tesouros culturais judeus, principalmente livros. Vim com muito boa vontade. Minhas idéias após 1945 eram assim: o que aconteceu em 1933 é realmente insignificante à luz do que aconteceu depois. Sem dúvida, a deslealdade dos amigos, para falar sem rodeios e de uma vez por todas...

GAUS: ...da qual você teve experiência própria...

ARENDT: Claro. Mas, se alguém se tornou nazista e escreveu artigos a respeito, não tinha de ser leal a mim pessoalmente. De qualquer forma, não voltei a falar com ele. Ele não precisava mais ter contato comigo, porque, no que me dizia respeito, tinha deixado de existir. Tudo isso está claro. Mas nem todos eram assassinos. Houve gente que caiu na própria armadilha, diria eu hoje. E nem queria o que veio mais tarde. Assim, me parecia que devia haver uma base para a comunicação justamente no abismo de Auschwitz. E isso foi verdade em muitas relações pessoais. Conversei com as pessoas; não sou o que se pode chamar de agradável nem muito educada, eu digo o que penso. Mas de certa forma as coisas voltaram a ficar claras para muita gente. Como disse, todas eram pessoas que apenas se engajaram no nazismo por poucos meses, na pior das hipóteses por poucos anos; não eram assassinos nem delatores. Pessoas, como disse eu, que “inventaram idéias” sobre Hitler. Mas a experiência geral, e a mais importante, quando se volta à Alemanha — afora a experiência do reconhecimento, que é sempre o ponto crucial da ação na tragédia grega —, é uma emoção violenta. E houve também a experiência de ouvir falar o alemão nas ruas. Para mim, foi uma alegria indescritível.

GAUS: Foi essa sua reação quando veio em 1949?

ARENDT: Mais ou menos. E hoje, agora que as coisas estão de volta nos tri-

lhos, a distância que sinto ficou ainda maior do que era, quando vivenciei coisas naquele estado altamente emocional.

GAUS: Porque as condições voltaram aos trilhos rápido demais, em sua opinião?

ARENDT: Sim. E muitas vezes em trilhos em que não me assento. Mas não me sinto responsável por isso. Agora vejo de fora. E isso significa que estou muito menos envolvida do que estava naquela vez. Pode ser por causa do intervalo de tempo. Escute, quinze anos não são nada!

GAUS: Você se tornou muito mais indiferente?

ARENDT: Distante... indiferente é forte demais. Mas há distância.

GAUS: Seu livro sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém foi publicado neste outono na República Federal. Desde sua publicação nos Estados Unidos, ele tem sido discutido acaloradamente. Sobretudo do lado judeu, surgiram objeções que você diz derivarem em parte de mal-entendidos e em parte de uma campanha política premeditada. Acima de tudo, as pessoas ficaram ofendidas com a questão que você levantou, de até que ponto se deve culpar os judeus por sua aceitação passiva dos assassinatos alemães em massa, ou até que ponto a colaboração de certos conselhos judaicos quase constitui uma espécie de culpa deles mesmos. Em todo caso, para um retrato de Hannah Arendt, por assim dizer, surge uma série de questões a partir do livro. Se me permite começar: a crítica de que falta a seu livro amor pelo povo judaico é dolorosa para você?

ARENDT: Em primeiro lugar, com todo o respeito, devo dizer que você mesmo se tornou vítima dessa campanha. Em nenhum lugar do livro censurei o povo judeu por não-resistência. Foi outra pessoa que fez isso no julgamento de Eichmann, a saber, o senhor Haussner, da promotoria pública israelense. Eu disse que essas perguntas dirigidas às testemunhas em Jerusalém eram tolas e ao mesmo tempo cruéis.

GAUS: Eu li o livro. Sei disso. Mas algumas das críticas que lhe foram feitas se baseiam no tom em que muitas passagens estão escritas.

ARENDT: Bom, aí é outro assunto. O que posso dizer? Além disso, não quero dizer nada. Se as pessoas acham que a gente só pode escrever sobre essas coisas em tom solene... Veja, há pessoas que levam a mal — e em certo sentido posso entender isso — que, por exemplo, eu ainda consiga rir. Mas eu era da opinião

de que Eichmann era um bufão. Vou lhe contar isso: li a transcrição de seu inquérito policial, 3600 páginas, li, e li muito cuidadosamente, e nem sei quantas vezes dei risada — risada em voz alta! Muitos levam a mal essa reação. Não posso fazer nada a respeito. Mas uma coisa eu sei: três minutos antes de morrer, é provável que ainda esteja rindo. E isso, dizem eles, é o tom de voz. O fato de o tom de voz ser predominantemente irônico é absoluta verdade. O tom de voz, nesse caso, é na verdade a pessoa. Quando me censuram por ter acusado o povo judaico, é uma mentira e propaganda pérfida, e nada mais. Mas o tom de voz é uma objeção contra mim pessoalmente. E quanto a isso não posso fazer nada.

GAUS: Você está preparada para agüentar isso?

ARENDT: Sim, de bom grado. O que fazer? Não posso dizer para as pessoas: vocês me entenderam mal, e na verdade é isso ou aquilo que se passa em meu coração. É ridículo.

GAUS: Pegando esse gancho, eu gostaria de voltar a uma declaração pessoal sua. Você disse: “Nunca em minha vida ‘amei’ nenhum povo ou coletividade, nem o povo alemão, francês, americano, nem o proletariado ou qualquer coisa desse tipo. Na verdade, eu amo apenas meus amigos, e a única espécie de amor que conheço e em que acredito é o amor das pessoas. Além disso, esse ‘amor pelos judeus’ me pareceria, sendo eu mesma judia, uma coisa meio suspeita”.* Posso lhe perguntar algo? Como ser politicamente ativo, o homem não precisa de compromisso com um grupo, um compromisso que então pode, em certa medida, ser chamado de amor? Você não receia que sua atitude possa ser politicamente estéril?

ARENDT: Não. Eu diria que é a outra atitude que é politicamente estéril. Em primeiro lugar, pertencer a um grupo é uma condição natural. Você pertence a algum tipo de grupo quando nasce, sempre. Mas pertencer a um grupo do jeito que você está dizendo, num segundo sentido, isto é, formar ou se unir a um grupo organizado, é algo totalmente diferente. Esse tipo de organização tem a ver com uma relação com o mundo. As pessoas que se organizam têm em comum o que costuma se chamar “interesse”. A relação diretamente pessoal, em que se pode falar de amor, existe em primeiro lugar no amor real, claro, e também existe em certo sentido na amizade. Aqui a gente se dirige diretamente à pessoa, a despeito de sua relação com o mundo. Assim, pessoas das mais diversas organizações

* Arendt a Scholem, 24 de julho de 1963.

ainda podem ser amigas pessoais. Mas se você confunde essas coisas, se você leva o amor à mesa de negociações, para falar sem rodeios, acho isso fatal.

GAUS: Acha apolítico?

ARENDT: Acho apolítico. Acho amundano. E acho mesmo que seria um grande desastre. Admito que o povo judeu é um exemplo clássico de povo amundano que se mantém ao longo dos milênios...

GAUS: “Mundo” em sua terminologia tem o sentido de espaço para a política.

ARENDT: Espaço para a política.

GAUS: Então o povo judeu era um povo apolítico?

ARENDT: Eu não diria exatamente isso, pois as comunidades, claro, também eram em certa medida políticas. A religião judaica é uma religião nacional. Mas o conceito do político só era válido com grandes ressalvas. Essa amundanidade que o povo judeu sofreu com a diáspora, e que — como com todos os povos que são párias — gerou uma cordialidade especial entre seus membros, mudou com a criação do Estado de Israel.

GAUS: Algo se perdeu, então, algo cuja perda você lamenta?

ARENDT: Sim, paga-se caro pela liberdade. A humanidade especificamente judaica, que tinha seu significado nessa sua amundanidade, era algo muito bonito. Você é jovem demais para ter vivenciado isso. Mas era algo muito bonito, esse se manter fora de todos os vínculos sociais, essa abertura mental e total falta de preconceitos que eu vivenciei, especialmente com minha mãe, que também agia assim em relação a toda a comunidade judaica. Claro, perdeu-se muito com o fim de tudo isso. Paga-se pela libertação. Uma vez eu disse no discurso sobre Lessing...

GAUS: Hamburgo, 1959*...

ARENDT: Sim, lá eu disse que “essa humanidade... ainda nunca sobreviveu à hora de libertação, de liberdade, sequer por um minuto”. Você vê, isso também aconteceu conosco.

GAUS: Você não gostaria de desfazer isso?

ARENDT: Não. Eu sei que é preciso pagar um preço pela liberdade. Mas não posso dizer que gosto de pagá-lo.

* O discurso de Arendt ao aceitar o prêmio Lessing da Cidade Livre de Hamburgo foi reeditado em 1968 como “Sobre a humanidade em tempos sombrios: reflexões sobre Lessing”, em *Men in dark times*: Nova York, Harcourt, Brace & World, 1968. [Ed. bras.: *Homens em tempos sombrios*, Companhia das Letras, 2008 (edição de bolso)].

GAUS: Você acha que é seu dever publicar o que aprendeu com a especulação político-filosófica ou com a análise sociológica? Ou há razões para silenciar coisas que conhece?

ARENDT: Sim, é um problema muito difícil. No fundo, é a única questão que me interessava em toda a controvérsia em torno do livro sobre Eichmann. Mas é uma questão que nunca surgiu até que toquei nela. É a única questão séria — todo o resto é só uma nuvem de propaganda. Então *fiat veritas, et pereat mundus** [diga-se a verdade, e o mundo que pereça]? Mas o livro sobre Eichmann não tocou *de facto* nessas coisas. O livro, na verdade, não ameaçou interesses legítimos de ninguém. Apenas acharam que ameaçava.

GAUS: Você deve deixar a questão do que é legítimo aberta à discussão.

ARENDT: Sim, é verdade. Você tem razão. A questão do que é legítimo ainda está aberta à discussão. Provavelmente eu quis dizer com “legítimo” algo diferente do que entendem as organizações judaicas. Mas vamos admitir que estavam em jogo interesses reais, que até eu reconheço.

GAUS: Então se pode silenciar sobre a verdade?

ARENDT: Podia eu ter silenciado? Sim! Claro, eu podia ter escrito... Mas olhe aqui, alguém me perguntou, se eu tivesse adivinhado uma coisa ou outra que ia acontecer, não teria escrito o livro sobre Eichmann de maneira diferente? Respondi: não. Eu teria enfrentado a alternativa: escrever ou não escrever. Porque a pessoa também não pode segurar a língua.

GAUS: Sim.

ARENDT: A pessoa nem sempre precisa falar. Mas aí chegamos à questão daquilo que, no século XVIII, era chamado de “verdades de fato”. É realmente uma questão de verdades de fato. Não é uma questão de opiniões. As ciências históricas nas universidades são as guardiãs das verdades de fato.

GAUS: Nem sempre têm sido as melhores.

ARENDT: Não. Elas cedem. São controladas pelo Estado. Certa vez me disseram que um historiador comentou a respeito de um livro sobre as origens da Primeira Guerra Mundial: “Não vou deixar que isso manche a memória de uma

* Arendt faz um trocadilho com o velho adágio latino *Fiat iustitia, et pereat mundus* [Faça-se justiça, mesmo que o mundo pereça]. Cf. *Between past and future*. Nova York: The Viking Press, 1968, p. 228.

época tão edificante!”. Esse é um homem que não sabe quem é. Mas isso não vem ao caso. *De facto* ele é o guardião da verdade histórica, da verdade dos fatos. E sabemos como esses guardiães são importantes a partir da história bolchevique, por exemplo, em que a história era reescrita a cada cinco anos e os fatos continuavam desconhecidos: a existência, por exemplo, de um certo senhor Trótski. É isso o que a gente quer? É nisso que os governos estão interessados?

GAUS: Eles podem ter esse interesse. Mas têm esse direito?

ARENDT: Se têm esse direito? Nem eles parecem acreditar que tenham — do contrário, não tolerariam universidades de jeito nenhum. Logo, até os Estados estão interessados na verdade. Não estou dizendo segredos militares; isso é outra coisa. Mas esses acontecimentos já têm uns vinte anos. Por que não falar a verdade?

GAUS: Talvez porque vinte anos ainda seja muito pouco?

ARENDT: Muita gente diz isso; outros dizem que, depois de vinte anos, não se consegue mais descobrir a verdade. Em todo caso, há interesse em encobrir. Mas esse não é um interesse legítimo.

GAUS: Em caso de dúvida, você preferiria a verdade.

ARENDT: Eu diria antes imparcialidade — que veio ao mundo quando Homero...

GAUS: Para os vencidos também...

ARENDT: Exato!

*Wenn des Liedes Stimmen schweigen
Von dem überwundnen Mann
So will ich für Hectorn zeugen...*

[Se as vozes da canção silenciam
sobre o homem derrotado,
eu prestarei testemunho de Heitor...]

Não está certo? Foi o que fez Homero. Então veio Heródoto, que falou dos “grandes feitos dos gregos e dos bárbaros”. Toda a ciência provém desse espírito, mesmo a ciência moderna, e a ciência da história também. Se alguém é incapaz dessa imparcialidade, pois pretende amar tanto seu povo que fica lhe prestando

homenagens lisonjeiras o tempo todo — bom, então não há nada a fazer. Não acredito que gente assim seja patriota.

GAUS: Numa de suas obras mais importantes, *A condição humana*, você chega à conclusão de que o período moderno destronou o sentido do que interessa a todos, isto é, o sentido da importância primordial do político. Você define como fenômenos sociais modernos o desenraizamento e solidão das massas e o triunfo de um tipo de ser humano que encontra satisfação no processo de mero trabalho e consumo. Tenho duas perguntas a respeito. Primeiro, em que medida esse tipo de conhecimento filosófico depende de uma experiência pessoal que aciona o processo de pensamento?

ARENDT: Não acredito que possa existir nenhum processo de pensamento sem experiência pessoal. Todo pensamento é um pensamento posterior, isto é, uma reflexão sobre algum fato ou assunto. Não é assim? Vivo no mundo moderno, e evidentemente minha experiência se dá no e sobre o mundo moderno. Isso, afinal, é incontroverso. Mas a questão de simplesmente trabalhar e consumir é de importância crucial porque aqui se define também uma espécie de amundandade. Ninguém mais se importa como o mundo aparenta estar.

GAUS: “Mundo” sempre entendido como o espaço em que pode se originar a política.

ARENDT: Agora emprego o termo num sentido muito mais amplo, como o espaço onde as coisas se tornam públicas, como o espaço onde a pessoa vive e que deve parecer apresentável. Onde surge a arte, claro. Onde surgem todos os tipos de coisas. Você lembra que Kennedy tentou ampliar de modo decisivo o espaço público convidando poetas e outros inúteis para a Casa Branca. Assim tudo isso podia fazer parte desse espaço. Mas, no trabalho e no consumo, o homem é totalmente lançado de volta para si mesmo.

GAUS: Para o biológico.

ARENDT: Para o biológico e para si mesmo. E aí você tem o vínculo com a solidão. No processo de trabalho surge uma solidão peculiar. Não posso entrar nisso agora, porque nos levaria longe demais. Mas essa solidão consiste em ser lançado de volta para si mesmo, um estado de coisas em que, por assim dizer, o consumo ocupa o lugar de todas as atividades realmente relacionais.

GAUS: Uma segunda pergunta a esse propósito: em *A condição humana*, você conclui que “as experiências realmente orientadas para o mundo” — você quer dizer percepções e experiências com a máxima significação política — “se retiram cada vez mais do horizonte vivencial da vida humana média”. Você diz que hoje “a capacidade de agir está restrita a poucas pessoas”. O que isso significa em termos de política prática? Em que medida uma forma de governo fundada, pelo menos a rigor, na responsabilidade cooperativa de todos os cidadãos se torna uma ficção sob essas circunstâncias?

ARENDT: Gostaria de fazer algumas ressalvas. Veja, essa incapacidade de ter uma orientação realista se aplica não só às massas, mas também a todos os outros estratos sociais. Eu diria até ao estadista. O estadista está rodeado, cercado, por um exército de especialistas. De modo que a questão da ação, agora, se encontra entre o estadista e os especialistas. O estadista tem de tomar a decisão final. Dificilmente poderá fazer isso de maneira realista, visto que ele não pode saber tudo sozinho. Ele precisa do conselho dos especialistas, e de fato de especialistas que, em princípio, sempre precisam contradizer um ao outro. Não é assim? Todo estadista sensato chama especialistas com pontos de vista opostos. Porque ele precisa ver a questão de todos os lados. Não é verdade? Ele precisa julgar entre eles. E esse julgar é um processo altamente misterioso — no qual, então, se manifesta o senso comum.* Quanto às massas, eu diria o seguinte: onde quer que se juntem homens, em qualquer quantidade que seja, entram em jogo interesses públicos.

GAUS: Sempre.

ARENDT: E se forma o âmbito público. Nos Estados Unidos, onde ainda existem associações espontâneas, que depois se desfazem — o tipo de associação já descrito por Tocqueville —, é possível ver isso com muita clareza. Algum interesse público diz respeito a um grupo específico de pessoas, num bairro, ou mesmo numa casa só, ou numa cidade ou em algum outro tipo de grupo. Então essas pessoas se juntam e são bem aptas a agir publicamente nesses assuntos —

* Por senso comum (*Gemeinsinn*), Arendt não quer dizer a prudência irrefletida [bom senso] que todo adulto saudável exerce constantemente (*gesunder Menschenverstand*), e sim, como disse Kant, “um senso *comum a todos* [...] uma faculdade do juízo que, em sua reflexão, leva em conta [...] o modo de representação de todos os outros homens”, Immanuel Kant, *Crítica do juízo*, parág. 40, cit. em Arendt, *Lectures on Kant's political philosophy*. Chicago: R. Beiner, 1982, pp. 70-2.

pois têm uma visão geral a respeito. O que você está propondo com sua pergunta se aplica apenas às maiores decisões no nível mais elevado. E, acredite em mim, a diferença entre o estadista e o homem comum, em princípio, não é muito grande.

GAUS: Você tem mantido contato próximo com Karl Jaspers, seu ex-professor, num diálogo contínuo. A seu ver, qual foi a maior influência que o professor Jaspers teve sobre você?

ARENDT: Bom, onde quer que Jaspers apareça e fale, tudo se ilumina. Ele tem uma desenvoltura, uma confiança, uma incondicionalidade na fala que nunca vi em nenhuma outra pessoa. Isso me impressionou desde quando eu era muito jovem. Além disso, ele tem uma concepção de liberdade ligada à razão que me era totalmente estranha quando fui para Heidelberg. Não sabia nada a respeito daquilo, embora tivesse lido Kant. Vi essa razão em ação, por assim dizer. E, se posso dizer assim — cresci sem pai —, aquilo me educou. Não quero torná-lo responsável por mim, pelo amor de Deus, mas se alguém conseguiu me instilar algum senso das coisas, foi ele. E esse diálogo, claro, hoje é totalmente diferente. Foi sem dúvida minha experiência pós-guerra mais poderosa. Que possam existir tais conversas! Que alguém possa falar daquela maneira!

GAUS: Permita-me uma última pergunta. Num tributo a Jaspers, você disse: “A humanidade nunca é adquirida na solidão, e nunca entregando sua obra ao público. Ela só pode ser alcançada por alguém que lançou sua vida e sua pessoa à ‘aventura no âmbito público’”.^{*} Essa “aventura no âmbito público” — que é uma citação de Jaspers —, o que significa para Hannah Arendt?

ARENDT: A aventura no âmbito público me parece clara. Alguém se expõe à luz do público, como pessoa. Embora eu seja da opinião de que não se deve aparecer e agir em público de maneira constrangida, ainda assim sei que a pessoa se expressa em cada ação como em nenhuma outra atividade humana. Falar também é uma forma de ação. Isso é uma aventura. A outra é: começamos alguma coisa. Entretecemos nosso fio numa rede de relações. O que vai sair disso, a gente nunca sabe. Todos nós aprendemos a dizer: Deus os perdoe, por-

^{*}“Karl Jaspers: uma *laudatio*”, em *Homens em tempos sombrios*, pp. 73-4.

que não sabem o que fazem. Isso vale para todas as ações. E vale de uma maneira muito simples e muito concreta, porque *não há como* saber. É isso que significa aventura. E agora eu diria que essa aventura só é possível quando há confiança nas pessoas. Uma confiança — difícil de formular, mas que é fundamental — no que há de humano em todas as pessoas. De outro modo, não se poderia empreender tal aventura.

Tradução para o inglês de Joan Stambaugh.